

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.655 - MG (2019/0297678-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE UNAÍ - MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DE UNAÍ - SJ/MG
INTERES. : MARCIA ALVES TEODORO E OUTROS
ADVOGADO : RODRIGO DUARTE DA SILVA - SC017324
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : PAULO AFONSO DE SOUZA - GO014155
ADVOGADOS : ADEMARIS MARIA ANDRADE MACIEL - DF015460
ALBERTO LEMOS GIANI E OUTRO(S) - DF010801

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE UNAÍ - MG, suscitante, e o d. JUÍZO FEDERAL DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DE UNAÍ - SJ/MG, suscitado, estabelecido em torno da competência para dar cumprimento provisória a sentença coletiva lavrada em ação civil pública.

O d. Juízo Federal, perante quem a ação foi proposta, declinou, de ofício, da sua competência, afirmando que, *"somente seria possível a execução da sentença perante a Justiça Federal caso a autora tivesse optado por ajuizar seu pedido no juízo em que tramitou a ação coletiva, pois nesse caso seria aplicável a regra do art. 516, II do CPC"* (competência funcional do Juízo sentenciante" (na fl. 114).

Encaminhados os autos, o d. Juízo estadual suscitou o presente conflito de competência, alegando que *"há uma peculiaridade a ser considerada no caso concreto, eis que as circunstâncias que delimitam a hipótese aventada justificam o reconhecimento da competência da Justiça Federal para o cumprimento provisório da decisão que tem origem em ação coletiva que tramitou na Justiça Federal, incidindo, na espécie, a regra prevista no artigo 516, II, do CPC72015"* e que *"a parte exequente tem domicílio neste município que é abrangido por Subseção Judiciária, este é o Juízo competente para julgamento da ação"* (nas fls. 118/125).

A Subprocuradoria-Geral da República, opina pela competência da Justiça Federal.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

De início, destaque-se que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou, em julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou o entendimento de que *"a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts.468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)"* (REsp 1243887/PR, **Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011).

Desse modo, o d. Juízo Federal da 1ª Vara Cível/Criminal de Unai SJ/MG está com a razão no tocante à sua incompetência para julgar a execução individual, pois, segundo o art. 109, inciso I, da Constituição Federal compete aos Juízos Federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem partes a qualquer título.

Trata-se de competência definida em razão das pessoas envolvidas no processo, de natureza absoluta, portanto, devendo ser acolhida sempre que essa condição se fizer presente (efeito positivo) ou declinada na ausência de tais pessoas de direito público na lide (efeito negativo); logo, não havendo ente federal no polo passivo do cumprimento de sentença coletiva, o Juízo Federal é incompetente.

Por esse mesmo motivo, por hipótese, o d. Juízo da 3ª Vara Federal de Brasília/DF, foro no qual foi lavrada a sentença em execução, também é incompetente para o processamento da demanda executiva, diante da ausência de entes de direito público na lide.

Logo, o d. Juízo estadual do Foro da Comarca do domicílio do beneficiário é o competente, porquanto, nessa fase processual não se arguiu/comprovou qualquer dificuldade do consumidor/beneficiário no acesso à Justiça.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do d. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE UNAI - MG.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator